

Rainha Morta Coroada:
Elementos de vinculação entre o mito do retorno
de D. Sebastião e a lenda da coroação de Inês de Castro
no tempo da União Ibérica (1580-1640)

Ana Paula Torres Megiani¹

Este texto pretende desenvolver-se como um breve ensaio acerca das representações do poder real em Portugal durante o século XVI, período em que a imagem da realeza adquire contornos mais definidos em relação aos séculos anteriores². A variedade de estudos recentes sobre o tema tem demonstrado que a realeza portuguesa figurou como personagem central de mudanças políticas e sociais, cuja presença física do monarca encontra-se indiscutivelmente associada à idéia de consolidação da corte e do reino propriamente dito. As formas de elaboração das figuras/imagens de reis e rainhas, adaptadas à memória do passado em construção, são definidoras, num certo sentido, dos próprios sentimentos de pertencimento das diferentes categorias de grupos sociais ao reino, dando a elas um dos poucos elementos comuns à sua existência. Dentre as imagens mais intensas e duradouras dessa monarquia está a figura de D. Sebastião, monarca cujo reinado teve duração de pouco mais de uma década (1568-1578), mas que graças às vicissitudes de nascimento e morte que o

¹ Nossa participação no Congresso que deu origem a este livro foi financiada pelo Projeto Temático FAPESP: *Dimensões do Império Português (sécs. XV-XIX)* e pelo Projeto Santander, firmado entre a Universidad Autónoma de Madrid e a Cátedra Jaime Cortesão da FFLCH/USP.

² Uma primeira versão deste texto está publicada na coletânea que organizamos, A.P.T. Megiani e J.P. de Sampaio (orgs.), *Inês de Castro: a época e a memória*, São Paulo 2008. O volume é resultado de um encontro de pesquisadores sobre Inês de Castro realizado na Universidade de São Paulo em 2005.

envolveram, tornou-se uma espécie de representação da antítese desejado/en-coberto, expressão dos sentimentos coletivos de perda e expectativa ao longo dos séculos seguintes³.

Outra imagem marcante nos escritos a partir de finais do século XV, recriada e revivida na poesia épica e no teatro, foi Inês de Castro –a rainha coroada morta. Muito já se escreveu acerca dos componentes históricos e literários do drama vivido pelo príncipe D. Pedro, filho de D. Afonso IV de Portugal e D. Inês de Castro em meados do século XIV, pois ao longo dos séculos que nos separam daquele episódio político as fortes tonalidades lendárias que o envolveram tornaram-se substrato para grande número de interpretações. Algumas das versões do episódio transformaram-se em narrativas de vasta liberdade e ousadia criativa, chegando ao ponto de figurarem entre os temas mais conhecidos da história política portuguesa fora de Portugal, tal como a tragédia da batalha de Alcácer Quibir que levou à morte do rei D. Sebastião em 1578⁴.

Inicialmente, podemos afirmar que, entre os séculos XV e XVIII, a história do envolvimento amoroso entre o herdeiro da Coroa portuguesa e uma dama galega pertencente ao séquito de sua esposa castelhana, D. Constanza, esteve atrelada à teia da memória que envolveu o processo de formação da sociabilidade de corte na Península Ibérica. Mais adiante, encontraremos a narrativa novamente reformulada a partir do advento do Estado-nação português durante o século XIX, em consonância com todo o reordenamento que aquele processo engendrou para a construção da memória romântica dos acontecimentos do passado medieval. Finalmente, ao longo do século XX os elementos alegóricos e dramáticos do episódio, sejam eles decorrentes ou não dos dados factuais do relacionamento amoroso entre Pedro e Inês, foram ainda representados em diferentes versões cinematográficas e televisivas, sendo assim redefinidos em termos visuais e narrativos, no contexto da dinâmica contemporânea dos *mass*

³ H. Barbas, “Sebastianismo e Mito Imperial em Almeida Garrett”, en Y.K. Centeno (coord.), *Portugal: mitos revisitados*, Lisboa 1993, pp. 181-182:

O Sebastianismo apresenta-se como um problema de identidade, e baseia-se na esperança de que alguém, de fora, venha restabelecer a ordem, repor as regras, reinstaurar a Justiça no reino. Tratando-se, ele próprio de um mito em que ao presente disfórico se opõem um passado e um futuro eufóricos, institui-se como crítica a esse presente e exime os viventes à responsabilidade pela negatividade desse tempo.

⁴ Cf. M.L.M. de Sousa, “Pedro I de Portugal e Inês de Castro”, en Y.K. Centeno (coord.), *Portugal: mitos revisitados...*, pp. 51-68.

*media*⁵. Desse modo, devemos considerá-lo como um episódio de longa duração, adaptado aos meios e formas de divulgação inventados pela cultura ocidental.

Ora, se entre o advento do amor romântico, cultuado pelas sociedades ocidentais mais recentes, e aqueles tempos de *amor cortês* e outras formas cantadas de amor, encontramos um universo dinâmico e intenso de imagens e reformulações, o olhar mais detido para uma das etapas dessas releituras nos permitirá perceber aspectos que se mostraram relevantes em diferentes épocas, embora aparentemente desprovidos de significado no contexto atual. Buscaremos, nesse sentido, refletir acerca de um recorte específico dessa construção polissêmica e longeva: as relações entre os elementos simbólicos associados à realeza na sociedade de corte portuguesa da segunda metade do século XVI e início do XVII, e as versões do episódio de Pedro e Inês, elaboradas durante esse mesmo período. Evitaremos, contudo, uma análise literária da textualidade das narrativas da época, já que os aspectos dos quais nos ocuparemos aqui serão abordados sob o prisma de uma História da Cultura, a partir de suas relações com as representações da corte e imagem da realeza portuguesa entre o reinado de D. Manuel (1495-1521) e a União das Coroas de Portugal e Espanha (1580-1640).

Segundo Menéndez y Pelayo e Carolina Michaëlis de Vasconcelos,

*Hubo romances primitivos en español sobre el tema inesiano. En el Romancero General de Agustín Durán figuran “Romances de Don Pedro I de Portugal y Doña Inés de Castro” de Gabriel Laso de la Vega; otros son anónimos; hay también romances anónimos sobre el mismo tema o sobre doña Isabel de Liar, posible trasunto del tema de doña Inés de Castro. En pliegos sueltos también se conocen romances posteriores, algunos de ellos burlescos*⁶.

Contudo, foi justamente no momento em que se consolidou a União Ibérica, isto é, quando Portugal foi incorporado ao corpo político da *Monarquia Hispânica*, que ressurgiu com força nos ambientes teatrais das cortes ibéricas a figura de Inês de Castro como a *rainha morta coroada*.

⁵ Nesse sentido, vale aqui observar que nas comemorações do *Ano Inesiano* dos 650 anos da morte de Inês de Castro, recheado de uma programação intensa ocorrida ao longo de 2005, trouxe de volta uma série de estereótipos já consolidados, por meio de séries televisivas e romances históricos de ampla repercussão em Portugal.

⁶ A. Marcos de Dios, *Viaje del Siglo de Oro a la Cultura Portuguesa. Conferências Territorios e Cultura Ibéricas*, Centro de Estudos Ibéricos/Universidad de Salamanca, Diciembre de 2004. p. 2.

Possivelmente influenciados pelo épico de Luis Camões⁷, mas em cujos versos é muito sutil a referência à coroação de Inês de Castro morta, os espanhóis Lope de Vega Carpio (1562-1635) e Luis Vélez de Guevara (1579-1644) foram os responsáveis pela introdução do tema na corte madrileña, sobretudo a obra *Reinar después de morir* (1625), de autoria de Vélez de Guevara⁸. Antes deles outro espanhol, Frei Jeronimo de Bermúdez, compôs entre 1571 e 1577, sob o pseudônimo português de António Silva, as tragédias *Nise Lastimosa* e *Nise Laureada*, de declarada inclinação senequista⁹. Mas, a obra de maior teor trágico-classicizante relacionada ao tema foi escrita pelo português António Ferreira, provavelmente por volta de 1550, e publicada pela primeira vez em 1587: *Tragédia mui sentida e elegante de Dona Inês de Castro*.

Diferentemente do que se passava no episódio abaixo reproduzido d' *Os Lusíadas*, que enfatiza o amor e a morte injusta de Inês,

132

Tais contra Inês os brutos matadores,
No colo de alabastro, que sustinha
As obras com que Amor matou de amores
Aquele que depois a fez Rainha,
As espadas banhando e as brancas flores,
Que ela dos olhos seus regadas tinha,
Se encarniçavam, fervidos e irosos,
No futuro castigo não cuidadosos.

133

Bem puderas, ó Sol, da vista destes,
Teus raios apartar aquele dia,
Como da seva mesa de Tiestes,
Quando os filhos por mão de Atreu comia!
Vós, ó côncavos vales, que pudestes
A voz extrema ouvir da boca fria,

⁷ L. Camões, *Os Lusíadas*, Canto III, 118 a 135.

⁸ Chamado por Miguel de Cervantes de “quita pesares” Vélez de Guevara é mais conhecido pela comédia *El diablo cojuelo*. A obra pode ser consultada em versão virtual: <http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/scclit/12693856424585940765435/p0000001.htm>.

⁹ M.L.M. de Souza, *Inês de Castro na literatura portuguesa*. Lisboa 1984

O nome do seu Pedro, que lhe ouvistes,
Por muito grande espaço repetistes.

(...)

135

As filhas do Mondego a morte escura
Longo tempo chorando memoraram,
E, por memória eterna, em fonte pura
As lágrimas choradas transformaram.
O nome lhe puseram, que inda dura,
Dos amores de Inês, que ali passaram.
Vede que fresca fonte rega as flores,
Que lágrimas são a água e o nome Amores.

Nas tragédias referidas foi resgatado enfaticamente o episódio da coroação de Inês de Castro, presente anteriormente nas crônicas régias portuguesas de autoria de Fernão Lopes¹⁰ e nos poemas de Garcia de Resende¹¹, acrescido da cerimônia de *beija-mão* aos quais teriam sido submetidos todos os senhores do reino pelo cruel D. Pedro I. Desse modo, os autores da época da União Ibérica decidem reformular a narrativa a partir de uma dimensão dramática, que tem como centro a questão do corpo entronizado da monarquia. A partir dessa reformulação o tema migra então para a comédia, à medida que o gênero cômico ganha maior visibilidade na corte espanhola, consolidando-se definitivamente a imagem da cortesã/amante/rainha na memória como *representação* da esposa espanhola indesejada e assassinada pelo rei português e que ascende decrépita ao trono. Assim, durante o período filipino, enquanto Inês de Castro transformava-se em figura trágico-cômica da amada assassinada, representando ao mesmo tempo um drama de amor, o rei D. Sebastião emerge em narrativas da memória oral como um fantasma Encoberto, imagem não representável que assombra os vivos¹².

¹⁰ F. Lopes, *Crónica do senhor rei Dom Pedro* (introdução de D. Peres), Porto 1986.

¹¹ G. de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea* (ed. J.V. Serrão), Lisboa 1991.

¹² Vale lembrar que o próprio mito do Encoberto é anterior ao Sebastianismo, pertencente ao substrato político-teológico dos reinos ibéricos, tendo sido enunciado na obra de Izidoro de Sevilha. Cf. J.L. de Azevedo, *A evolução do Sebastianismo*. Lisboa s/d.

Sabemos que, desde os últimos anos do reinado de Filipe II, até o final da União Ibérica, ser adepto da espera pelo retorno de D. Sebastião, ou de um dos falsos Sebastões que surgiram em diversas localidades, um deles inclusive espanhol, passa a ser considerado um crime que levaria muitos súditos à morte por enforcamento¹³. Contudo, é improvável que alguém pudesse esperar o retorno de uma rainha morta coroada, revivida em espaços palacianos como personagem teatral, representada e assistida por pessoas que passam a venerá-la como vítima/heroína dos conflitos políticos entre D. Pedro e os assassinos de sua amada, adeptos de seu pai.

Sob uma perspectiva diferente, a historiadora Lucette Valensi analisa as formas de construção da memória da Batalha de Alcácer Quibir em Portugal e no Marrocos, argumentando que os processos de elaboração coletiva de espera do retorno do rei, ou da identificação de personagens com o rei desaparecido –os falsos D. Sebastião– demonstram a força da resistência com relação à aliança entre as coroas de Portugal e Espanha, resistência esta comandada por pessoas ligadas à corte como é o caso do fidalgo D. João de Castro: “era preciso um rei para se libertar dela [Espanha]”¹⁴. Valensi é ainda defensora da idéia da necessidade de aproximação retórica e imagética, nas últimas décadas do século XVI, das figuras lendárias de D. Afonso Henriques e D. Sebastião como pares opostos: o vitorioso e o derrotado¹⁵. Outros autores têm cada vez mais confirmado essa relação. Mais preso aos acontecimentos do que preocupado com a elaboração de um trauma coletivo temos o já clássico estudo de Yves-Marie Bercé, *Le roy caché*. É nesta obra que encontramos a idéia de que o fenômeno da crença no desaparecimento do corpo de D. Sebastião, não comprovado pela realização muito bem articulada das exéquias reais, se caracteriza como uma espécie de fantasmagoria régia, ou seja,

¹³ D.R. Curto, “O Bastião, O Bastião”, em Y.K. Centeno (coord.), *Portugal: mitos revisitados...*, pp. 139-176 e J. Hermann, *No Reino do Desejado*, São Paulo 1998.

¹⁴ L. Valensi, *Fábulas de Memória. A batalha de Alcácer Quibir e o mito do sebastianismo*. trad. brasileira, Rio de Janeiro 1994, p. 123

¹⁵ A respeito da retomada do Mito de Ourique após a tragédia de Alcácer Quibir, L. Valensi afirma (*Fábulas de Memória...*, p. 143):

não é uma invenção *ex nihilo*, mas uma retomada e uma elaboração da lenda de Ourique que se produzem após a derrota de 1578, uma distorção que a torna capaz de obliterar os infortúnios do presente e de permitir esperanças para o futuro.

a existência de um monarca desprovido de corpo que assombra os portugueses pelo resto da vida ¹⁶.

Desse modo, o que nos interessa discutir é que, enquanto alguns portugueses buscavam o corpo de um rei desaparecido que não deixara filhos para o reino, as cortes entronizavam no teatro a dama galega, mãe outrora de possíveis herdeiros das duas coroas.

Embora pareça, à primeira vista, um contraponto dissonante, já que D. Sebastião figura como o morto-vivo que ameaça como fantasma a monarquia dos Filipes, enquanto a galega Inês era restabelecida em seu lugar de rainha-morta; quando pensamos naquele Portugal sem rei e sem corte, cujas elites necessitam fortalecer seus vínculos clientelares para que as altas famílias pudessem receber privilégios e ter seus benefícios confirmados para manutenção da honra de seus membros, torna-se necessário considerar a complementaridade que existiu entre as formas de construção da imagem das realezas ibéricas no processo de desaparecimento das monarquias medievais e emergência das modernas.

Nesse sentido, buscaremos recuperar agora alguns dos elementos da cultura política desse período da monarquia portuguesa, quando a relação entre corpo do rei/corpo do reino encontrava-se profundamente fragilizada dada a delicada saúde de D. Sebastião, seguido de seu desaparecimento no deserto do Marrocos ¹⁷. Na seqüência, a etapa terminal da vida do cardeal D. Henrique na Coroa (1578-1580) e o problema colocado pela condição de corte de rei ausente que se consolida em Portugal a partir de 1583, com o retorno de Filipe II a Madrid.

Em estudos anteriores tentamos compreender como se construíram, seja através das letras, seja através das cerimônias públicas, as representações simbólicas da realeza em Portugal durante a monarquia filipina ¹⁸. Após a

¹⁶ Y.-M. Bercé, *O Rei Oculto. Salvadores e impostores. Mitos políticos populares na Europa moderna*, trad. brasileira, Bauru/São Paulo 2003.

¹⁷ Cf. A.P.T. Megiani, *O jovem rei encantado. Expectativas do messianismo régio em Portugal. Sécs. XIII-XVI*, São Paulo 2003.

¹⁸ Cf. A.P.T. Megiani, *O rei ausente. Festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581 e 1619)*, São Paulo 2004. Devemos muito neste trabalho à influência das obras de F. Bouza, *Imagen y propaganda. Capítulos de Historia Cultural del Reinado de Felipe II*, Madrid 1998 e *Portugal no tempo dos Filipes. Política, cultura, representações (1580-1668)*, trad. portuguesa, Lisboa 2000.

realização das pesquisas documentais para esses trabalhos, formulamos a hipótese de que ao longo dos séculos da Baixa Idade Média a monarquia portuguesa teria atingido uma forte personificação da imagem da realeza associada ao reino, sobretudo no período da dinastia de Avis (sécs. XIV-XVI). Isto é, a pessoa real do monarca adquiriu significado de encarnação do reino cristão e de toda a sociedade nele vivente. Essa vinculação entre corpo do rei/corpo do reino pode ser verificada de modo acabado na construção das alegorias das arquiteturas efêmeras construídas para as entradas régias de Lisboa e outras cidades portuguesas durante as visitas de Filipe II e Filipe III a Portugal.

Em contrapartida, sabemos que a natureza da pessoa real no Portugal avissino esteve praticamente isenta das concepções de sacralização, divinização ou quaisquer outros atributos transcendentais que marcaram diversas realezas européias no mesmo período¹⁹, como se pode notar pela episódica tentativa de reivindicação da cerimônia da unção régia durante essa dinastia. Embora José Mattoso tenha argumentado a favor da relevância dessa reivindicação, para nós ficou muito evidente que se tratou de uma efêmera e mal sucedida tentativa²⁰.

Por outro lado, durante o mesmo período, as demais realezas peninsulares sofreram um processo muito intenso de transformações com relação aos seus atributos, representação da imagem e cerimonial de corte, introduzidas, primeiramente, pela união entre Castela e Aragão com casamento político de Isabel e

¹⁹ Queremos aqui lembrar apenas os casos das realezas francesa e inglesa, amplamente estudados, cf. M. Bloch, *Os Reis Taumaturgos O caráter sobrenatural do poder régio. França e Inglaterra*, trad. brasileira, 1ª reimpr., São Paulo 1998, e E.H. Kantorowicz, *Os Dois Corpos do Rei. Um estudo sobre teologia política medieval*, trad. brasileira, São Paulo 1998; e para uma visão mais geral da questão em outras partes da Europa cf. S. Bertelli, *Il Corpo del Re: sacralità del potere nell'Europa medievale e moderna*, 2ª ed., Florencia 1995.

²⁰ J. Mattoso, "A coroação dos primeiros reis de Portugal", em F. Bethencourt e D.R. Curto, *A Memória da Nação*. Lisboa 1991, pp. 188-189:

Na minha opinião, a realeza portuguesa, e provavelmente também a castelhana, foram tão sensíveis como as de outros países às formas de sacralização do poder, apesar de a intensidade das lutas entre os reis e os bispos terem provocado fenômenos de distanciamento a que se poderia chamar, de certa forma, anticlerical, sem que isso possa ser interpretado, de modo algum, como expressão de um laicismo ou de uma secularização *avant la lettre*.

Fernando²¹. Mais tarde, com a vinda de Carlos de Gante, futuro Carlos I de Espanha, imperador Carlos V Habsburgo, e, finalmente, com a ascensão de Filipe II e a instituição da etiqueta borguinhã, novas modificações foram introduzidas a esse respeito na Casa Real²². Nesse sentido, apesar das inúmeras conexões que se estabeleceram entre as coroas de Portugal e Espanha ao longo do século XVI²³, são muito diferentes entre elas as tradições simbólicas de representação da imagem do poder real e as práticas do cerimonial de corte consolidadas.

Foi no âmbito do pensamento humanista que encontramos o período de maior ênfase na personificação da monarquia portuguesa, sobretudo a partir do reinado de D. Manuel I. A idéia de um rei humano cercado de uma corte de homens eruditos, educado segundo uma mescla de princípios da Antiguidade clássica e do cristianismo, em oposição à imagem de um rei de natureza sacralizada e dotado de poderes mágico-religiosos, se consolida. Observamos essa tendência, sobretudo, na educação política dos filhos e netos do Venturoso, que tiveram como mestres e tutores alguns dos principais eruditos humanistas da corte de Portugal, tais como António Pinheiro e Lourenço de Cáceres. Para a historiadora Ana Isabel Buescu²⁴, cujos estudos respaldam nossa hipótese, durante toda a primeira metade do século XVI a monarquia portuguesa buscou vincular a imagem de sua realeza a duas matrizes de pensamento: a cristológica e a classissizante²⁵. Nesse sentido, as investigações da autora contrapõe-se a um

²¹ R. Domínguez Casas, *Arte y Etiqueta de los Reyes Católicos. Artistas, residencias, jardines y bosques*, Madrid 1993. Para as realezas Trastámara, ver o trabalho de J.M. Nieto Soria, *Ceremonias de la realeza. Propaganda y legitimación en la Castilla Tratámara*, Madrid 1993.

²² Tais mudanças têm sido demonstradas, em termos funcionais, de forma extremamente detalhada pelos estudos da equipe de J. Martínez Millán, (dir.), *Carlos V y la quiebra del humanismo político en Europa (1530-1558)*, 5 vols., Madrid 2000, e J. Martínez Millán y S. Fernández Conti (dirs.), *La Monarquía de Felipe II: La Casa del Rey*, 2 vols., Madrid 2005.

²³ I.M.R.M.D. Braga, *Um espaço, duas monarquias. Interrelações na Península Ibérica no tempo de Calos V*, Lisboa 2001.

²⁴ A.I. Buescu, *Imagens do príncipe. Discurso normativo e representação (1525-49)*, Lisboa 1996.

²⁵ Nesse sentido afirma Buescu (ibídem, p. 46):

Em Portugal antes da publicação da obra de Lopes Rebelo *De Republica Gubernanda per Regem*, editada em 1496 e dedicada a D. Manuel, só se conhece aquele que

estudo anterior de Ana Maria Alves, que interpretou a imagem de D. Manuel sob o viés de formação das monarquias absolutistas, tentando encontrar sinais de poder absoluto nas insígnias e símbolos utilizados por D. Manuel²⁶. Isso pode ser ainda demonstrado pelo fato de que na passagem do século XV para o XVI notamos que a realeza portuguesa pouco se faz representar de maneira simbólica, carecendo atributos materiais que estivessem associados à imagem do rei em si, excetuando-se a universalmente difundida *esfera armilar* adotada por D. Manuel como símbolo da monarquia portuguesa no reino e nas conquistas, e a fixação do estilo conhecido como *gótico manuelino* que se consolida sobretudo em Lisboa.

Diferentemente de Portugal, nas demais partes da Península Ibérica onde a nova monarquia imperial busca atrelar ao corpo e à imagem dos reis elementos simbólicos que possam representá-lo em situações de ausência, dada a extensão de seus domínios territoriais. O imperador Carlos V é o primeiro a desenvolver todo um programa de representação, acrescentando às suas imagens difundidas em gravuras, pinturas e esculturas, os símbolos, alegorias e insígnias que evidenciem autoridade, poder militar e fidelidade cristã, além de uma certa aura de sacralidade, herdada da tradição do Sacro Império Romano Germânico²⁷.

é considerado o primeiro tratado de autor português, o *Speculum Regum*, escrito entre 1341 e 1344 por Álvaro Pais, bispo de Silves. Dedicado a Afonso XI, um dos vencedores da batalha do Salado, o *Speculum Regum*, obra cuja memória se perdeu, é um tratado de matriz aristotélica, reflectindo os ensinamentos de Aristóteles através de São Tomás de Aquino, em particular no que diz respeito às formas de governo. Dividindo-se em duas partes, a primeira trata dos deveres e direitos inerentes ao ofício de rei, e a segunda consta essencialmente de uma exposição sistemática e detalhada das quatro virtudes cardiais a observar por um bom monarca (prudência, justiça, fortaleza e temperança), no que constitui um discurso decididamente normativo.

²⁶ A. M. Alves, *Iconologia do Poder Real no Período Manuelino: à procura de uma linguagem perdida*, Lisboa 1985. Refutamos a idéia de Absolutismo como matriz ideológica das representações do poder real português por ser inadequada ao contexto da monarquia manuelina. Contudo, não cabe aqui questionar a importância deste estudo, nem o papel que o gótico manuelino desempenhou na formação de uma imagem do reino e da monarquia portuguesas. Consideramos que a fragilidade de utilização do conceito de Absolutismo para definir a doutrina política do reinado de D. Manuel está devidamente demonstrada pelos estudos de Ana Isabel Buescu.

²⁷ A. Kohler, “Representación y propaganda de Carlos V”, en J. Martínez Millán, (dir.), *Carlos V y la quiebra del humanismo político en Europa*, III, p. 13:

Todavia, a dupla concepção cristológica/classicizante amadurecida a partir do reinado de D. Manuel leva a monarquia portuguesa a uma encruzilhada de caminhos que se revela durante o reinado de D. João III, rei conhecido como incentivador da formação de uma elite letrada humanista e, ao mesmo tempo, defensor ferrenho dos princípios do catolicismo tridentino no reino de Portugal e em suas conquistas, além de, como se sabe, responsável pela instauração do Tribunal do Santo Ofício e da Companhia de Jesus em Portugal²⁸. Assim, fazemos nossa a afirmação de Sergio Alcides P. do Amaral:

No reinado de D. João III, enquanto eram feitos esforços para o estabelecimento da Inquisição em Portugal, pairava no ar a ameaça de descomedimento do poder régio e ruptura do equilíbrio jurisdicional²⁹.

Desse modo, o paradoxo que desafiava os rumos da política da monarquia portuguesa em meados do século XVI leva algum tempo para se resolver. Quando comparamos a educação de duas personagens muito significativas dessa época, o príncipe D. Sebastião e D. António —o futuro Prior do Crato—, ambos netos de D. Manuel, observamos no primeiro caso a retomada de valores tradicionais de cavalaria, associados à criação de um rei engajado na defesa da fé cristã e na luta contra os infiéis; no segundo, a sobrevivência dos princípios humanistas,

En la época de Carlos V se resucitó muy conscientemente la antigua tradición imperial romana, como muestran las ilustraciones de numerosos arcos de triunfo. La referencia al Imperio universal de Carlos reforzó el uso de los símbolos de la Antigüedad. [...] El Imperio de Carlos se expresaba así en el estilo clásico, remedando ante todo su arquitectura. Los artistas aprovecharon todo el repertorio de los mitos imperiales: globo terráqueo, imágenes del cosmos, deidades antiguas, figuras de héroes, continentes, ríos y hombres como los mostraban las imágenes latinas.

²⁸ Segundo C.R. Boxer, entre 1500 e 1550 cerca de 300 estudantes portugueses inscreveram-se em Paris como *bolseiros d'el Rei*, recebendo subsídios por 10 anos. Em Salamanca, no mesmo período, freqüentaram cerca de 800 alunos portugueses, entre bolseiros e estudantes por conta própria ou da família, como o médico Garcia da Orta (1501-1568). Só no ano de 1527 D. João III custeou 50 estudantes portugueses no Colégio Parisiense de Santa Bárbara, com o objetivo de preparar um núcleo de professores, sobretudo teólogos, para melhorar o nível da educação em Portugal. C.R. Boxer, *João de Barros. Humanista Português e Historiador da Ásia*, trad. portuguesa, Lisboa 2002, p.16.

²⁹ S.A.P. do Amaral, “D. Miguel da Silva, o cortesão desnaturado por D. João III”, em L. de M. e Souza (org.), *O Governo dos Povos*, no prelo.

que não por acaso será o candidato preterido no momento da decisão sobre o herdeiro legítimo à Coroa em 1580, sob acusações de bastardia sangue impuro.

Assim, deduzimos que foi graças à referida dimensão simbólica personificada da figura real que, após 1580, se fortalece a vinculação de parcela significativa do povo português às figuras de Filipe II e Filipe III, rei de corpo ausente no reino. A união das jurisdições régias foi acordada nas Cortes de Tomar (1581) e de Lisboa (1619), sendo representada publicamente nas cerimônias de visitas régias ocorridas em Lisboa e em várias cidades do percurso. A importância dada à vinda, mas sobretudo à permanência do rei na capital do reino português, enfaticamente defendida durante todos os 60 anos da União, expressa a existência de um elo fundamental e consolidado entre as concepções e representações de reino-corte-realeza.

O contraponto dessa idéia pode ser verificado, novamente, nos diversos outros reinos da Península, que a partir do casamento de Fernando de Aragão e Isabel de Castela tendem a abandonar a expectativa de ter rei e corte, sustentando suas ligações por meio das fortíssimas redes clientelares com a nobreza e o clero, tecidas entre os poderes locais e o monarca. Essa forma de vinculação denominada *monarquia copósita* foi apresentada aos portugueses em 1581 no âmbito da realização das Cortes de Tomar, tendo sido aceita com alguma resistência ainda durante o reinado de Filipe II em Portugal (1581-1598)³⁰.

Aqui gostaríamos de retomar o ponto de onde partimos, ou seja, a fixação da imagem de Inês de Castro como rainha morta coroada, ocorrendo paralelamente ao desaparecimento do corpo de D. Sebastião, e o nascimento da primeira manifestação de *sebastianismo* propriamente dito. Mesmo após tudo o que se tem escrito a respeito da não veracidade desse fato, e seus desdobramentos, observamos que o corpo morto coroado de Inês perpetuou-se na lembrança, alimentado pelas narrativas de Frei Jerônimo de Bermúdez, António Ferreira, Lope de Vega e Luis Vélez de Guevara.

Mesmo que o rei D. Sebastião tenha sido também transformado em personagem do teatro espanhol, foi o desaparecimento de seu corpo que se manteve como mito político, e depois como crença simbólica, durante os séculos subsequentes. Embora não existam elementos concretos que confirmem essa relação,

³⁰ Para o tema ver sobretudo: F. Bouza, *Portugal no tempo dos Filipes...*; J.-F. Schaub, *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*, trad. portuguesa, Lisboa 2001; P. Cardim, *Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime*, Lisboa 1998.

Rainha Morta Coroada...

é possível que o processo de desenvolvimento da relação entre corpo do reino e corpo do rei, que se desenvolve em Portugal durante a dinastia de Avis, somada à necessidade de constituir corte de rei ausente (entre 1580 e 1640) determinaram a cristalização dessas duas imagens opostas de realeza, na passagem do século XVI para o XVII: o rei sem corpo como mito político e a rainha morta coroada, no teatro e na literatura, como representação trágico/cômica da união das coroas ibéricas³¹.

³¹ No decorrer do século XVII Manuel Faria e Souza (1590-1649), português que se transfere para a corte de Madrid durante a União das Coroas e não retorna em 1640, preservou em sua obra *Europa Portuguesa* (1668) o episódio da coroação e do beija-mão da rainha morta como elemento de retórica. L.F.S. Lima, “Amor, saudade e crueza: Pedro e Inês na historiografia seiscentista seiscentista”, em A.P.T. Megiani e J.P. de Sampaio, *Inês de Castro: a época e a memória...*, p. 162.